

# Empresários defendem a gratuidade de medicamento

Eduardo Brito

Na cidade de São Sebastião há 12 farmácias e nenhum posto de saúde. Muito menos hospital. Por isso mesmo existe uma tendência natural para que os doentes prefiram recorrer à *empurroterapia*: procuram a farmácia e procuram o atendente para saber o que podem tomar contra dor de cabeça ou prisão de ventre. De preferência, optarão pelo remédio mais barato. Custará menos, possivelmente, do que o preço da passagem para ir até um posto ou hospital, perder o dia de trabalho e, principalmente, para depois ter de desembolsar o custo do remédio da mesma forma. Só que a doença não estará curada e, muito possivelmente, o paciente terá novos problemas mais tarde.

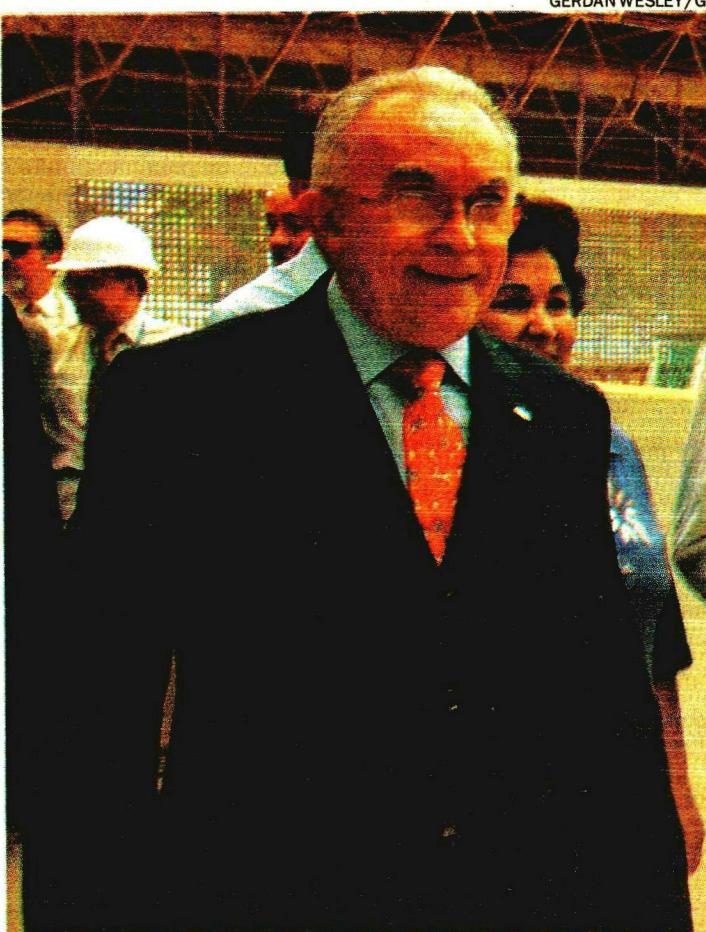
É com esse exemplo que o senador Adelmir Santana (DEM-DF) explica a principal bandeira da 33ª edição da Convenção Nacional do Comércio Farmacêutico, que ocorrerá em Brasília de 9 a 11 de outubro. Os participantes darão destaque à necessidade de universalização do acesso a medicamentos. Além de empresário do setor, Santana é presidente da Federação do

Comércio do Distrito Federal e fará uma palestra no encerramento da convenção.

O senador lembra que a Constituição já prevê – é a emenda 29, promulgada em 2002 – um percentual mínimo de investimentos em saúde, calculado em proporções dos orçamentos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal. No caso do Distrito Federal, o índice de recursos que vão necessariamente para a saúde corresponde a 12% dos impostos estaduais arrecadados pela capital e a 15% dos impostos municipais.

No entanto, lembra o senador, a emenda ainda não vem sendo aplicada, por falta de legislação que a regulamente. Agora mesmo, dos vários projetos com esse objetivo que tramitam na Câmara e no Senado, dois estão mais perto da aprovação. Um deles acaba de ser aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, com parecer favorável da senadora Patrícia Saboya.

Mesmo que esses projetos sejam aprovados, explica o senador, a questão dos medicamentos não se resolverá com a mesma facilidade. Na sua opinião, uma solução para esse problema só ocorrerá com uma ação mais firme do Po-



GERDAN WESLEY/GDF

“

Não é aceitável que 50 milhões de brasileiros estejam excluídos do acesso a medicamentos e o Poder Público precisa atendê-los

Adelmir Santana, senador

lo, dotadas de hospitais ou ao menos de postos de saúde.

Começa para o doente uma regredição pelas salas de espera, aguardando atendimento médico. Quando enfim conseguem a consulta, recebem uma receita com os medicamentos prescritos. Seus problemas estão longe do fim.

Sem dinheiro para comprar toda a medicação, optarão pelos remédios mais baratos. Em geral, preferirão os analgésicos. Isso, diz o senador, significa que as verdadeiras causas da doença permanecerão sem combate, o que significará novas internações, novas despesas e, ainda mais grave, risco de vida.

Essas questões, em especial o custo de programas na área de medicamentos, serão temas de debates no Convenfarmá. Um trabalho do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro estimou em R\$ 1,5 bilhão o custo representado pela distribuição gratuita de 114 dos medicamentos mais receitados em 400 milhões de consultas do SUS.

– Não é aceitável que 50 milhões de brasileiros estejam excluídos do acesso a medicamentos e precisamos atendê-los – avalia o senador Adelmir Santana

der Executivo.

Pelos cálculos dos organizadores da convenção – conhecida pela sigla Convenfarmá – chega a 50 milhões o número de brasileiros que têm renda inferior a R\$ 80. Quem está nessa faixa simplesmente não tem condições de comprar remédio.

Existem hoje programas governamentais que fornecem remédios gratuitamente. Restringem-se, porém, a um número reduzido de doenças. Estão na lista AIDS, esclerose múltipla e mais algumas poucas. São os remédios distribuídos em farmácias de alto custo. Nada

existe com relação às doenças comuns, as que mais atingem as pessoas em seu dia-a-dia. Nada existe também com relação a doenças tropicais, características das faixas de menor renda, como malária ou dengue.

Sem a regulamentação da Emenda 29, explica o senador Adelmir Santana, os municípios costumamdebitar à saúde despesas que só eventualmente se relacionam a ela, como alimentação popular ou saneamento. Em vez de construir postos de saúde, compram ambulâncias para transportar os enfermos a cidades-pó-